



Saberes e fazeres territoriais em comunidades rurais: potencialidades turísticas em assentamentos na região do pantanal sul de Miranda, MS

João Pedro Ferraz Zanetoni¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9272-4898>
Patricia Zaczuk Bassinello² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4983-9221>
Milton Augusto Pasquotto Mariani³ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9485-0150>
Daniela Althoff Philippi⁴ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9772-7753>

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Naviraí/MS, Brasil*

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, Brasil**

³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, Brasil***

⁴ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Aquidauana/MS, Brasil****

Artigo recebido em 07/11/2024 e aceito em 15/05/2025

RESUMO

A partir de uma abordagem territorial-participativa com premissas decoloniais, entende-se que a libertação dos povos se dá a partir da autogestão, e que compreender as práticas de Turismo de Base Comunitária (TBC) fundamentadas nessas premissas proporcionam um caminho para discutir uma epistemologia do TBC a partir dos conhecimentos locais. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é compreender perspectivas de vivência turística em assentamento rurais de Miranda (MS). A pesquisa é qualitativa e os diálogos, utilizando a história oral, foram feitos com os assentamentos Bandeirantes e Tupã Baê, e analisados a partir da análise de conteúdo. Os resultados apontam a produção local, o destaque das mulheres rurais e parcerias com atores externos, vistos em ambos os casos, porém, a coletividade que fica evidente em no caso do Tupã Baê, e existe a partir dos espaços e produções coletivas, bem como o objetivo comum, não são vistas no Bandeirantes. Apontam-se, ainda, claros potenciais para iniciar atividades turísticas a partir de suas práticas autogestionárias.

Palavras-chave: turismo de base comunitária; autogestão; território; organização coletiva; produção local.

*Doutorando em Administração, é assistente em administração no Câmpus de Naviraí (CPNV/UFMS). E-mail:

joao.zanetoni@ufms.br

**Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade, é professora na Escola de Administração e Negócios (ESAN/UFMS). E-mail:

patricia.zaczuk@ufms.br

***Doutor em Geografia, é professor na Escola de Administração e Negócios (ESAN/UFMS). E-mail: milton.mariani@ufms.br

****Doutora em Administração, é professora no Câmpus de Aquidauana (CPAQ/UFMS). E-mail: daniela.philippi@ufms.br

Territorial knowledge and doings in rural communities: tourist potentials in settlements in the south pantanal region of Miranda, MS

ABSTRACT

From a territorial-participatory approach with decolonial premises, it is understood that the liberation of people occurs through self-management and that understanding the practices of Community-Based Tourism (CBT) based on these premises provide a way to discuss an epistemology of TBC based on local knowledge. In this sense, the objective of this research is to understand perspectives of tourist experience in rural settlements in Miranda (MS). The research is qualitative and the dialogues, using oral history, were carried out with the Bandeirantes and Tupã Baê settlements, and analyzed using content analysis. The results point to local production, the prominence of rural women and partnerships with external actors, seen in both cases, however, the collectivity that is evident in the case of Tupã Baê and exists from collective spaces and productions, as well as the common objective, are not seen in Bandeirantes. There are also clear potentials for starting tourist activities based on self-management practices.

Keywords: community-based tourism; self-management; territory; collective organization; local production.

Conocimientos y hacer territorial en comunidades rurales: potenciales turísticos en asentamientos del pantanal sur, región de Miranda, MS

RESUMEN

Desde un enfoque territorial-participativo con premisas descoloniales, se entiende que la liberación de las personas se da a través de la autogestión y que comprender las prácticas de Turismo de Base Comunitaria (TBC) a partir de estas premisas proporciona una manera de discutir una epistemología del TBC basada en sobre el conocimiento local. En este sentido, el objetivo de esta investigación es comprender las perspectivas de la experiencia turística en asentamientos rurales de Miranda (MS). La investigación es cualitativa y los diálogos, utilizando la historia oral, fueron realizados con los asentamientos Bandeirantes y Tupã Baê, y analizados mediante análisis de contenido. Los resultados apuntan a la producción local, el protagonismo de las mujeres rurales y las alianzas con actores externos, vistos en ambos casos, sin embargo, la colectividad que se evidencia en el caso de Tupã Baê y existe a partir de espacios y producciones colectivas, así como el objetivo común, no se ven en Bandeirantes. También existen claras potencialidades para iniciar actividades turísticas basadas en prácticas de autogestión.

Palabras-clave: turismo comunitario; autogestión; territorio; organización colectiva; producción local.

INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem sido objeto de crescente investigação na literatura brasileira devido ao seu potencial significativo para promover a libertação das comunidades rurais. O TBC se fundamenta na interação direta entre a comunidade local e os turistas, facilitando um intercâmbio que engloba conhecimentos, produtos, cultura e experiências locais (Oliveira; Diógenes; Almeida, 2021). Apesar dos esforços acadêmicos para classificar, orientar e normatizar uma epistemologia própria, ocorre

que muitas vezes as abordagens são superficiais e impossibilitam um aprofundamento das questões reais (Graciano e Holanda, 2020).

Considerando as concepções de Dussel (1988) e Saquet (2019; 2023) sobre libertação a partir dos territórios, uma forma de melhor compreender o TBC enquanto prática com potencial para tal é com a abordagem territorial-participativa. A perspectiva territorial é frequentemente adotada em estudos que procuram entender como comunidades rurais se organizam, abrangendo suas histórias e os contextos que culminam em ações coletivas (Violin, 2022). Em assentamentos rurais, as pesquisas têm avançado na compreensão da estruturação comunitária, das associações e de como esses elementos influenciam o desenvolvimento do turismo (Sudré e Figueiredo, 2023).

No entanto, há uma lacuna significativa nos estudos sobre TBC quanto à gestão do turismo (Zanetoni; Araújo; Mariani, 2024). O aprisionamento de muitos pesquisadores a velhos padrões positivistas se traduz em artigos descritivos e estatísticos, pouco refletindo o contexto humano e social. Isso vai ao encontro do que Saquet (2023) considera como estudos meramente acadêmicos: excluem as pessoas, os saberes, as relações, as dinâmicas etc. É nesse sentido que a participação da comunidade na construção de uma ciência do TBC se faz necessária.

A partir da compreensão das práticas autogestionárias que comunidades - ou grupos dentro de uma comunidade - realizam é que se pode ampliar o conhecimento sobre o TBC enquanto atividade com real capacidade de libertação. Essa compreensão passa por identificar no campo empírico os problemas reais que as iniciativas enfrentam, demandando uma abordagem participativa (Francés García et al., 2015), e integrar os conhecimentos, saberes e fazeres populares no conhecimento científico (Rappaport, 2020).

Esses saberes e fazeres comunitários são vistos nas produções, nas organizações, na história, nas construções coletivas e também nos produtos turísticos em comunidades rurais (Ferreira e Pacheco, 2022; Budel; Severini; Rejowski, 2023; Zanetoni; Mariani; Araujo, 2023). Compreender todos esses aspectos que envolvem o TBC é crucial, inclusive, para o debate sobre potencial para desenvolvimento de atividade turística (Moraes et al., 2020; Kieffer, 2021). Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é compreender perspectivas de vivência turística em assentamento rurais de Miranda (MS).

Esta pesquisa está vinculada ao projeto “Bruaca: vivências culturais e produtos do turismo de base comunitária”¹, oriundo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com participação do curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAD/UFMS). A pesquisa se orienta por uma abordagem territorial-participativa (Dussel, 1988; Saquet, 2019; 2023). Foram estabelecidos diálogos com dois assentamentos rurais na região de Miranda (MS) e os resultados apontam como foi feita a pesquisa e quais os tópicos compreendidos no campo empírico, destacando as potencialidades turísticas a partir das práticas locais.

A ABORDAGEM TERRITORIAL-PARTICIPATIVA E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A libertação dos povos se constrói com a autonomia decisória, a partir do autoconhecimento como sujeito e da autogestão, integrando a coletividade e a solidariedade na capacidade de vivenciar o comum, logo, o território (Escobar, 2015; Saquet, 2023). Essa concepção e compreensão do território enquanto espaço comum e construído deve integrar em suas abordagens os sujeitos, suas territorialidades, os grupos e as solidariedades (Saquet, 2023). Na ciência social os esforços acadêmico-científico para gerar soluções a problemas identificados no campo demandam uma abordagem participativa para serem identificados (Francés García et al., 2015). A abordagem participativa a partir da perspectiva territorial busca integrar, efetivamente, o "conhecimento do povo" e o "conhecimento científico" (Rappaport, 2020). É a partir de tal abordagem - territorial e participativa -, que esta pesquisa se orienta.

A perspectiva territorial-participativa precisa considerar a necessária existência de vínculos territoriais, de conexões produtivas, tradições e inovações e as relações de confiança, a coexistência de sistemas dispersos e articulados, bem como a existência de formas sociais e culturais específicas para produzir e viver (Alencar et al., 2023). Nessa ampla gama de relações territoriais, as atividades desenvolvidas em comunidades rurais assumem, nessa perspectiva, o conteúdo das singularidades territoriais, naturais e sociais. É nesse sentido que a abordagem territorial se torna essencial para compreender as práticas e potencialidades do Turismo de Base Comunitária (TBC).

O TBC é uma forma de entender o turismo a partir da comunidade. O conceito aborda a gestão da atividade turística de maneira autônoma, prevalecendo a democracia e a organização coletiva, mas também

¹ Projeto de pesquisa com apoio financeiro da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) por meio do edital Chamada Fundect 31/2021 – Universal ODS.

(re)valorizando a cultura, as rotinas, os saberes, sabores, produções, entre outros aspectos característicos de cada lugar, logo, o TBC carrega consigo a busca pela libertação dos territórios a partir das práticas autogestionárias (Irving, 2009; Zanetoni; Mariani; Araújo, 2023).

A organização do TBC contempla uma série de aspectos ligados tanto à gestão da atividade, que é feita pelo grupo coletivo (parte da comunidade) ou pela comunidade como um todo (Tonini e Dolci, 2020), como também às atividades turísticas propostas a partir dos conhecimentos, das produções locais, das aproximações, dos saberes e fazeres etc. (Zanetoni; Araújo; Mariani, 2024). A premissa desta pesquisa é que essa dupla característica está intimamente relacionada ao território, e quando não investigada de forma a compreender o todo, o TBC perde o sentido libertador, tornando-se foco apenas de uma busca por renda extra, pautada em modelos verticais de gestão.

Na abordagem territorial-participativa - que é o que esta pesquisa propõe como forma de investigar o TBC - a gestão do turismo compreende uma série de práticas solidárias e coletivas. Para se ter uma ampla compreensão desses fenômenos, entender a história e organização do grupo é essencial, buscando se aprofundar nos contextos de quando e como foi o início do grupo (Andrade-Matos; Barbosa; Costa, 2021). Ainda, uma outra questão é entender a estrutura organizacional do grupo, que são as posições e tarefas dadas aos membros, focando nas lideranças e como elas são escolhidas dentro do grupo. Esse aspecto também é importante para compreender a organização formal das práticas coletivas (Klozovski; Ichikawa; Angnes, 2024).

A autorregulação também é fundamental dentro da perspectiva da gestão no território (Tonini e Dolci, 2020; Graciano e Holanda, 2021). Na mesma linha de Saquet (2019) e Alencar et al. (2023), entende-se que a libertação se dá a partir das práticas autogestionárias, ou seja, das práticas reais e materiais que os grupos coletivos atribuem para si. Trata-se de como são as práticas, processos, registros, encontros, comunicação, ferramentas utilizadas, entre outros tópicos que evidenciam as técnicas de gestão que é implementado na organização, tudo isso em uma perspectiva local, territorial.

Nessa mesma linha, a gestão das atividades deve focar nas produções e/ou serviços que levaram à constituição dos grupos. Em práticas coletivas formadas a partir do territorial existe o bem-comum, esse bem pode ser um meio de produção (Miranda, 2020), um serviço (Kieffer, 2021) ou mesmo um produto produzido e comercializado coletivamente (Soares; Rebouças; Lázaro, 2023). Na abordagem proposta, o foco é entender as dinâmicas territoriais que se manifestam nos produtos ou serviços e como eles são geridos pelos membros dos grupos, investigar como se dá a distribuição dos rendimentos, como é produzido e como

são comercializados os produtos e/ou serviços (Tonini e Dolci, 2020; Graciano e Holanda, 2021), entre outras questões que estão intimamente relacionadas à gestão das atividades do grupo.

Segundo Bagnasco (1988), o desenvolvimento no território se dá a partir da existência de vínculos territoriais, conexões, tradição e inovação e relação de confiança entre sujeitos e organizações. Saquet (2019) vai ao encontro dessa perspectiva e acrescenta o papel das interações com atores externos. Nesse sentido, compreender as dinâmicas do turismo nos territórios é também apontar os diálogos e interações com organizações externas. Observar como se dá a relação com atores externos é fundamental para compreender os possíveis diálogos e fomentos vindos de instituições com objetivos que se alinhem com a comunidade.

Uma outra questão está nas relações socioambientais e culturais que fazem parte do escopo do TBC. O que se busca investigar aqui é como é a relação do grupo e da iniciativa - ou potencial iniciativa - de TBC com o território, este sendo compreendido a partir de uma somatória de fatores que envolvem o meio ambiente, as pessoas e seus saberes e fazeres, as culturas, as estruturas físicas - compartilhadas ou não -, ou seja, busca-se entender como são as interações do grupo, sua organização e produção, com esta comunidade local, além dos impactos ambientais e como são os meios para combatê-los (Walkowski et al., 2021). O quadro 1 sumariza as características da abordagem territorial-participativa construída para a pesquisa.

Quadro 1 - Características da abordagem territorial-participativa aplicada na pesquisa.

Item	Característica
<i>História e organização do grupo</i>	Os contextos e dinâmicas envolvidas na criação do grupo, sua organização formal e/ou informal.
<i>Autorregulação</i>	Como são pensadas e aplicadas as práticas de gestão do grupo: encontros, decisões, pautas etc.
<i>Gestão das atividades</i>	O que é coletivo e como é gerido, os objetivos do grupo e a distribuição de renda.
<i>Diálogos com organizações externas</i>	Quais atores externos se envolvem nas práticas do grupo, seus papéis, impactos e relações.
<i>Relações socioambientais e culturais</i>	As relações do grupo em relação ao território enquanto convívio coletivo, formado pelos aspectos sociais, culturais e naturais.
<i>Relação comunidade/turismo</i>	As práticas que o grupo desenvolve que podem potencializar atividades turísticas no território.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Por fim, a última dimensão visa compreender como os fatores endógenos da comunidade se fazem presentes nas relações estabelecidas com o turismo, podendo apresentar-se inclusive como um movimento de pensar um turismo contra-hegemônico permitindo ser uma ferramenta de resistência, de pertencimento, de diálogo com o outro e de difusão das lutas em relação à questão social, desafiando as hegemonias de produção de tal atividade (Botelho e Raimundo, 2023). Esta pesquisa tem o foco em dois casos que não desenvolvem atividades turísticas, ainda assim, abranger as integrações entre comunidade e turismo é essencial, e que se busca compreender nesta dimensão é o conjunto de fatores materiais e imateriais que compõem o território podem ser articuladas em atividades turísticas (Moraes et al., 2020; Oliveira; Diógenes; Almeida, 2021; Sudré e Figueiredo, 2023).

A partir de uma abordagem que compreenda uma gama de relações e se pautem na interação com o território, esta pesquisa visa avançar em estudos sobre TBC indo além da descrição e análises pautadas na gestão compreendida como clássica (Couto e Carrieri, 2018). O foco de tal abordagem está na somatória de fatores que envolvem as práticas de TBC em comunidades rurais a partir de uma construção participativa, que contemple as práticas de gestão, a história e contexto de formação dos grupos, os objetivos e ferramentas de gestão coletiva, além das possíveis interações com o turismo (Alencar et al., 2023). Nesse sentido, aplicando tal abordagem na pesquisa - e em pesquisas futuras - é possível discutir um TBC como forma de libertação a partir do território (Dussel, 1988; Saquet, 2023).

O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa se orienta por uma abordagem territorial-participativa (Dussel, 1988; Saquet, 2019; 2023), que tem sua premissa nos interesses decoloniais (Escobar, 2015). O que se busca aqui é o encontro entre pesquisador e comunidade, que desempenham um papel ativo, buscando valorizar os saberes, sentimentos e modos de vida dos grupos envolvidos no processo científico, assim, a gestão do território se pauta não em uma lógica externa ou em uma administração que tem por base a “boa gestão”, pautada na “[...] ação técnica e neutra, provida de sentidos que desumanizam as organizações como instâncias políticas [...]” (Couto e Carrieri, 2018, p. 639), mas sim nos saberes populares e conhecimento das pessoas, a partir das práticas coletivas e solidárias dos grupos (Miranda, 2020; Saquet, 2023).

O método visa resultados que impactem diretamente as comunidades, proporcionando-lhes libertação e também contribuem para entender a gestão do TBC de forma ampla e pautada nas práticas

coletivas. Assim, os resultados desse tipo de pesquisa residem nas interações entre o pesquisador e o território, ao invés de uma estrutura de pesquisa pré-estabelecida e rígida. No entanto, a pesquisa não é desprovida de rigor metodológico, pois segue etapas bem definidas.

O primeiro passo foi identificar os atores que estão envolvidos no cotidiano da comunidade, e que seriam os sujeitos da pesquisa. O projeto ao qual essa pesquisa está vinculada selecionou duas comunidades camponesas, o assentamento Bandeirantes e o assentamento Tupã Baê, ambos localizados no município de Miranda (MS), na região pantaneira do estado. Para identificar os atores que fariam parte da pesquisa, foi estabelecido o critério da relevância do ator no grupo (Oliveira e Corrêa, 2023) e o contato com ambas as comunidades foi feito antes de iniciar os diálogos relacionados à pesquisa, a partir de tal contato, o projeto selecionou a Associação Produtiva do Assentamento Bandeirante e a Associação de Mulheres Produtoras do Assentamento Tupã Baê (AMA). Nesse sentido, os encontros da pesquisa foram feitos com as lideranças de ambos os grupos, preservando os respectivos nomes de tais lideranças nos trechos das falas escolhidas e adotando a seguinte versão: Repr. Bandeirantes (para os trechos da conversa com o assentamento Bandeirantes) e Repr. Tupã Baê (para os trechos da conversa com o assentamento Tupã Baê).

As visitas, interações e diálogos foram realizados em agosto de 2023 em dois dias distintos, primeiro no Bandeirantes e, posteriormente, no Tupã Baê. A pesquisa não seguiu um roteiro estruturado, mas a abordagem discutida na seção teórica orientou as interações, logo, os diálogos foram pautados em compreender: **(i)** história e organização da associação, **(ii)** autorregulação, **(iii)** gestão de atividades, **(iv)** relações com atores externos, **(v)** relações socioambientais e culturais e **(vi)** integração de rotinas, cultura e produção local com o turismo.

A abordagem territorial-participativa enfatiza a importância do contexto histórico das comunidades, essencial para compreender a gestão a partir das práticas locais e coletivas (Andrade-Matos; Barbosa; Costa, 2021). Nesse sentido, a pesquisa estruturou-se com uma abordagem que explora a história, as dinâmicas, as relações e a identidade local, utilizando a história oral para compreensão das práticas de gestão nos grupos e sua potencial relação com o TBC. A história oral é uma técnica de coleta de dados que envolve entrevistas com atores sociais capazes de testemunhar e relatar eventos, relações e organizações. Neste trabalho, utilizou-se a história oral temática, focada em um objeto/tema específico, mas permitindo a emergência de outros temas relevantes (Meihy e Holanda, 2015).

A análise dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo somadas as técnicas da história oral. Bardin (2015) define três etapas no processo de análise de conteúdo: (a) pré-análise, (b) exploração do

material e (c) análises. Na etapa de pré-análise foi elaborado o corpus textual, baseando-se nas técnicas da história oral. Segundo Tourtier-Bonazzi (2006), a transcrição das entrevistas de história oral deve seguir os seguintes critérios: a transcrição deve ser feita pelo próprio entrevistador, o quanto antes; as passagens pouco audíveis devem ser colocadas entre colchetes; as dúvidas, os silêncios, assinaladas por reticências; as pessoas citadas, designadas por iniciais (se necessário); as palavras em negrito serão as de forte entonação; anotações como risos devem ser grifadas; subtítulos para facilitar a leitura; e, os erros flagrantes deverão ser corrigidos: datas, nomes próprios etc.

Trata-se, portanto, de uma etapa exaustiva. As entrevistas realizadas tiveram duração média de 56 minutos e 13 páginas em média de transcrição de texto em Documento Word. Tanto da exploração do material quanto das análises foram conduzidas utilizando, principalmente, as falas das representantes das associações - procedimento muito relevante para análise de dados utilizando história oral -, somados a inferências e interpretações dos autores. O objetivo das análises era o de evidenciar as práticas autogestionárias e suas possíveis relações com o turismo.

OS ACHADOS DO CAMPO EMPÍRICO

Os resultados serão apresentados de forma separada, primeiramente será feita toda a descrição do diálogo com o assentamento Bandeirantes seguindo as categorias definidas nos procedimentos metodológicos da pesquisa, posteriormente, o mesmo será feito com o assentamento Tupã Baê. Na sequência, as análises serão feitas de forma conjunta.

ASSENTAMENTO BANDEIRANTES

A associação surgiu em 2007 com o intuito de organizar as questões da comunidade, particularmente no que diz respeito a questões relacionadas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Até aquele momento, a percepção era de que *“estava todo mundo disperso, não sabia o que fazer. Aí surgiu a ideia, ‘vamos fundar uma associação’ [...] se transformou na Associação Produtiva do Assentamento Bandeirantes”* (Repr. Bandeirantes). Mesmo com o planejamento de se organizar enquanto comunidade, atualmente residem 64 famílias no assentamento, contudo apenas 35 fazem parte da associação. O grupo é integrado majoritariamente por mulheres que *“aderem à associação, sempre nós estamos sentando, discutindo algumas coisas, para dar andamento às demandas”* (Repr. Bandeirantes), o

que destaca a representatividade feminina em grupos rurais, que tem se tornado mais comum, visto que esses grupos possibilitam uma forma de renda e protagonismo para mulheres do e no campo (Santos, 2021).

Atualmente o grupo se organiza com posições de presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro, todos os suplentes e os conselheiros (12 no total), assim como no grupo como um todo, a mesa diretora também é constituída majoritariamente por mulheres. Em termos de rotatividade de diretoria, o grupo estipula uma votação para eleição de novos integrantes, contudo, o relato é de que: *“Quando vence a diretoria, a gente se reúne. E daí eu entrego o cargo. [...] Até porque vai que a gente cansa um pouco. Aí fala assim, ‘não, mas você está melhor, continua mais.’ Aí fazer o que? Deixar parar não dá, então a gente dá continuidade”* (Repr. Bandeirantes).

Essa última fala aponta um problema do grupo, que é a baixa participação de outros membros em assuntos diversos - problema esse que foi destacado em toda a pesquisa. Isso fica evidente em aspectos de autorregulação, visto que o grupo se encontra a cada dois meses para discussões, o que indica uma baixa frequência de discussões e os encontros não são registrados: *“pra isso [fazer ata] a gente é meio despreocupado, às vezes acaba registrando e outras vezes a gente não registra não”* (Repr. Bandeirantes). Por mais que o baixo número de encontros ocorra por várias razões, a participação dos membros do grupo é uma forma de justificar sua existência, visto que é a partir dos grupos que muitas situações são criadas, logo, a baixa participação pode ruir com o objetivo coletivo (Miranda, 2020).

As práticas de TBC se estabelecem em torno da coletividade, logo, a gestão das atividades tem por base algo que é compartilhado, seja produto, serviço, meio de produção etc. (Oliveira; Santana; Freitas, 2023). No Bandeirantes, o grupo possui a cozinha comunitária, uma estrutura que *“é da associação. Então qualquer associado que precise...”* (Repr. Bandeirantes). Em vários casos, a utilização de estruturas compartilhadas servem como um ponto comum para os grupos, que utilizam para produção coletiva de produtos que possam sustentar as atividades turísticas (Kieffer, 2021).

Contudo, isso não condiz com os achados no assentamento. Os membros possuem uma produção diversificada, contemplando hortaliças de modo geral, frutas, frutos nativos (Baru, Jatobá, Acaia, Pitomba, Bocaiuva, Guavira) e principalmente mel, que se tornou uma força no assentamento. Ainda assim, *“a associação tem os membros dela, mas cada um é para si. Cada um é individual. A associação é mais assim para um apoio, para uma ajuda”* (Repr. Bandeirantes). Além disso, outra questão em relação à cozinha é que ela não possui o Selo de Inspeção Municipal (SIM), o que proíbe a venda de produtos processados, apesar disso, o grupo possui um selo da associação.

O potencial para desenvolver atividade coletiva é claro. O grupo realiza capacitações e cursos em conjunto, quase sempre relacionados ao manejo e produção de algum alimento. Tais capacitações somadas à cozinha comunitária, que pertence a todos, e o selo que remete ao grupo criam possibilidades de práticas conjuntas de produção, o que vai ao encontro de outros achados em realidade similares (Araújo et al., 2023). A demanda nesse sentido é a busca pelo SIM, que pode ser pleiteada pela associação, logo, do grupo.

As capacitações citadas anteriormente são realizadas a partir da demanda dos moradores, mas também da participação de atores externos. Como bem apontado anteriormente, a atuação de atores externos nos territórios funciona a partir do alinhamento com o objetivo compartilhado com os internos (Saquet, 2019). No Bandeirantes, a pesquisa destacou a atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) em cursos diversos relacionados com produção, outros nomes surgiram como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural (CMDR) e Secretária de Agricultura do município, estes, com atuações mais esporádicas e menos presentes.

É com a Ecologia e Ação (ECOIA), que o assentamento e, particularmente, o grupo, possui maiores relações. A parceria com a ECOIA levou a produção de mel no assentamento, atualmente 7 membros do grupo produzem mel, somados a outras produções, e com as parcerias com organizações que se mostram estratégicas nesse sentido (SENAR e ECOIA, particularmente), é possível discutir atividades produtivas conjuntas. Tal articulação entre parcerias/atores externos e comunidades/grupo de produtores locais já se mostrou frutífera em outros casos, como no do Assentamento 72 em Ladário (MS), onde o grupo passa a produzir de forma agroecológica e comercializam de forma conjunta as produções (Zanetoni; Araújo; Mariani, 2024).

As produções realizadas pelos membros dos grupos são orgânicas, e os diálogos ao longo da pesquisa notaram a preocupação com o alimento saudável. Contudo, o maior problema relacionado ao meio ambiente no momento *“eu acho que é a limpeza, né? A questão do fogo, essas coisas. É isso, cuidar é mais uma limpeza, uma parte de limpeza mesmo”* (Repr. Bandeirantes). A região de Miranda (MS), assim como todo o pantanal sul-matogrossense é assolada por incêndios, particularmente em momentos de seca. Grande parte desses incêndios são criminosos e surgem a partir da limpeza de lotes (Bassaber-Zuñiga et al., 2024). O grupo não recebeu nenhum tipo de capacitação no sentido de manejo do lixo e de como lidar com incêndios.

Sobre turismo no assentamento, não existem práticas nesse sentido. Contudo, existe um projeto *“para a construção de dois quartos aqui, com banheiros, duas suítes, na verdade, para o turismo de base*

comunitária, para eles receberem tanto o turista quanto as pessoas do SENAR, da própria ECOA e professores que vêm dar curso para receber aqui” (Repr. Bandeirantes). Os relatos apontam que tal projeto possuía financiamento, mas até o momento não havia saído do papel. Contudo, fica evidente o desejo do grupo em idealizar atividades para o turismo: “Nesse projeto também... a gente fez uma primeira conversa com [o assentamento] Pioneiro, que recebe o ônibus de turista principalmente da terceira idade, para que possam vir aqui ter essa vivência” (Repr. Bandeirantes).

Uma forma de fomentar essa possível rota para experiência no local são os produtos produzidos pelo grupo. Uma produção conjunta, carregando o selo da associação aumentaria o valor da experiência tanto monetariamente (maior renda) (Valdevino de Araújo e Cavalcanti, 2022) quanto da experiência em si: é um produto coletivo, do grupo (Faria Araujo; Fontana, 2021). Durante o encontro, as falas da líder do grupo destacam o interesse da associação de realizar oficinas para criação de shampoo e sabonete a partir do mel. Esses produtos também podem integrar, de forma indireta, rotas de turismo (restaurantes, hotéis, pousadas etc.), como bem apontado no caso da Rota Via Orgânica, em que pequenos produtores inserem suas produções em rotas turísticas, aderindo, assim, em um mercado alternativo para comercialização de seus produtos (Tonini e Dolci, 2020). As figuras 1 e 2 são registros dos produtos e do encontro com o grupo.

Figura 1 - Produtos do Bandeirantes.



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Figura 2 - Registro dos diálogos.



Fonte: dados da pesquisa (2025).

A Figura 1 é um registro dos produtos que foram apresentados durante os diálogos (Figura 2), esses produtos, particularmente o mel e possíveis derivados podem ser caminhos que possibilitam comercialização de produtos em conjunto em rotas de turismo, e também vivências no próprio assentamento a partir da cozinha, local ao fundo da Figura 2. Contudo, para que esses produtos possam ser

comercializados legalmente, a cozinha comunitária da associação deve passar pela inspeção e ser certificada com o SIM, e a partir daí as produções coletivas podem se iniciar contando com apoio das parcerias estabelecidas no assentamento (SENAR e ECOA). Essa coletividade pode impulsionar a participação dos membros da associação, tornando o grupo mais unido, estabelecendo no turismo uma atividade de gestão conjunta, e na cozinha o bem compartilhado pelo grupo que propicia produtos para o turismo.

ASSENTAMENTO TUPÃ BAÊ

No assentamento Tupã Baê, a associação formal do assentamento é a própria AMA. O assentamento teve início na década de 1990, a partir dos projetos de reforma agrária no INCRA, contudo a primeira associação formal foi a AMA que teve início em 2019: “[...] quando a AMA levantou, a primeira coisa que a gente fez foi correr atrás da documentação do assentamento. A gente achava que era só o título, aí a gente se deparou com a história que o assentamento nem existia [...]” (Repr. Tupã Baê). O grupo se reuniu para colocar em prática as ideias de inovação para a comunidade, particularmente no que diz respeito à educação e renda, principalmente para mulheres e jovens.

O que gerou o senso de solidariedade no grupo foi uma necessidade para o futuro do local: “Então a gente sentou, ‘gente, vamos fazer?... Vamos reunir, vamos correr atrás, vamos buscar isso’ [...] Nos reunimos, aí a primeira coisa que a gente fez, nós precisamos ter um local nosso [...]” (Repr. Tupã Baê). Isso vai de encontro a noções romantizadas das práticas de coletividades, deixando claro que os motivos podem ser uma demanda local (Bello-Urrego, 2022). Ainda, a construção de um lugar comum, uma unidade física para os encontros também mostra o objetivo coletivo, de partilha (Bello-Urrego, 2022; Soares, 2021).

No que diz respeito à formação do grupo, toda a composição é de mulheres, um total de 12 membros que compõem uma diretoria formada por presidenta, vice-presidenta, primeiro e segunda tesoureira e primeira e segunda secretária. O grupo surge para “[...] ver a nossa necessidade dentro de um lugar que é distante da cidade. [...] As mulheres não tem esse lado. [...] Hoje a gente tem médica, [...] Temos dentista [...], Temos aí cursos para formação para nós, mulheres principalmente” (Repr. Tupã Baê). Isso vai ao encontro do que Baronete (2017) discute sobre a solidariedade como a concretização de uma demanda coletiva, que se materializa em ações/práticas para suprir o que é necessário para todos.

Encontros presenciais são realizados mensalmente para discutir as questões mais importantes com relação, principalmente, das reformas da sede da associação, que está sendo feita pelas mulheres do grupo. Contudo, “enquanto associação, a gente é mais online [...] a gente tem um grupo que a gente conversa

praticamente todos os dias e tem um grupo majoritário da associação” (Repr. Tupã Baê). Ainda, o grupo faz ata em todas as reuniões presenciais, mantendo os registros.

Em termos de atividades produtivas, a AMA funciona como um lugar comum para que todas as mulheres vendam suas produções. Os produtos são da agricultura, da produção e processamento de frutas - bolos, doces, sucos etc. - e frutos nativos: *“Então, aqui a gente tem frutos nativos, né? Temos muita castanha de baru, temos o bocaiúva e temos goiaba. O que mais temos é goiaba... são frutos que nós temos, tem muito aqui no assentamento”* (Repr. Tupã Baê). Também existe produção artesanal a partir da utilização de madeira.

A goiaba, enquanto fruto nativo, se destaca também por conta dos planos que o grupo possui de fazer dela uma produção controlada e compartilhada entre as mulheres da AMA: *“A ideia era fazer comunitário, né? [...] a gente faria com a AMA”* (Repr. Tupã Baê). As práticas coletivas são marcas dos grupos solidários (Soares; Rebouças; Lázaro, 2023), e para potencializar os planos de produção compartilhada, a AMA realiza festas periódicas na sede da associação que tem um duplo objetivo, primeiro para que cada membro tenha sua renda e possa comercializar seus produtos, segundo, para que o que é compartilhado pelo grupo - a sede da associação - seja reformado e possa potencializar outras atividades conjuntas.

A organização da festa é coletiva e a distribuição da renda - posterior a retirada para a sede da associação - é feita a partir do quanto cada membro atuou: *“fazer uma tabela de ponto... Se eu posso vir de manhã... [ela] pode vir à tarde. [...] Tem que ter um tempo. Se a gente conversar, a gente quer fazer uma bela reunião”* (Repr. Tupã Baê). Logo, além da renda, o objetivo de realizar as festas para arrecadar fundos para a sede da associação impacta diretamente na utilização da sede enquanto espaço compartilhado, particularmente enquanto cozinha compartilhada. Além da produção conjunta de goiaba, que é um plano futuro do grupo, as mulheres já realizam a produção artesanal de sabonetes a partir de insumos locais e fitoterápicos que levam consigo um selo da associação. O espaço é compartilhado, o produto é conjunto e leva consigo o selo do grupo, ou seja, são práticas coletivas que potencializam o objetivo e os resultados do grupo (Tierling e Schmidt, 2020).

A produção de sabonetes se concretizou por conta de parcerias com atores externos. Novamente, as parcerias surgem nas relações de comunidade rurais e se mostram eficientes na medida em que os interesses estejam alinhados: o desenvolvimento da comunidade (Zanetoni; Mariani; Araújo, 2023). O SENAR realiza uma série de cursos junto com as mulheres da AMA: *“[...] a gente pediu um curso para aperfeiçoar, então*

veio o curso do SENAR aqui, né. Aqui mesmo, a gente tem todos os cursos aqui. Aí trouxemos para fazer... foi feito doces cristalizados com polpas... [...]” (Repr. Tupã Baê). Outras parcerias que surgiram nos relatos foram com o Sebrae, essa, novamente, de forma esporádica e com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), que auxilia na produção de mel, que é feita por algumas produtoras do grupo. As figuras 3 e 4 mostram as produções a partir de madeira e os sabonetes artesanais.

Figura 3 - Produtos a partir da madeira.



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Figura 4 - Sabonetes artesanais da AMA.



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Todas as produções individuais e também as coletivas (os sabonetes) são feitas de forma orgânica. Tal preocupação é levada adiante para as próximas gerações por meio da escola, que também foi erguida no assentamento a partir das reivindicações da AMA. A preocupação com os jovens foi relatada nas falas: “[...] a gente queria que as pessoas que entrassem como lideranças se preocupassem com a questão da educação, renda, principalmente para mulheres e jovens, porque a gente começou a ver o nosso assentamento virando um local assim, deserto de jovens. [...]” (Repr. Tupã Baê).

A fala deixa claro o objetivo do grupo, além do produtivo, atrelado a questões sociais das mulheres enquanto pertencentes àquela comunidade. O pensamento no futuro e a luta para construção de bases para manter os jovens no assentamento também é um objetivo do grupo. Relatos similares são vistos no caso da Ortega et al. (2020), em que o grupo alinhou as práticas de TBC - e outras atividades produtivas - com a educação, passando isso adiante para os jovens.

Por fim, assim como no caso do Bandeirantes, não existe atividade turística no assentamento Tupã Baê até o momento. Outra semelhança entre os dois casos é a necessidade do selo SIM para inspeção da cozinha coletiva, para que os produtos feitos em conjunto na cozinha compartilhada possam ser comercializados em outros espaços, não apenas informalmente. Os sabonetes artesanais já podem integrar roteiros turísticos na forma de presentes, distribuição para rede hoteleira ou mesmo comercialização em feiras como é feito no caso da Rota das Areias (Santo Amaro do Maranhão) e a Rota Guaxenduba (Icatu), ambas localizadas no estado do Maranhão, que também inserem produtos locais em rotas de TBC, proporcionando renda extra (Santos e Rocha, 2022).

As festas periódicas no assentamento também podem promover visitas, momentos de vendas de produtos e trocas de experiências. Os relatos apontam que o maior número de pessoas que vão às festas locais é de fora do assentamento: *“Aqui é muito pouca gente que participa. Agora a gente recebe, vem ônibus do Lalima”* (Repr. Tupã Baê). Esse potencial também pode ser explorado no sentido de introdução às atividades turísticas, além das visitas, que são um interesse do grupo, visto que *“sempre quando a gente recebe visita, a gente tem a oportunidade de estar conversando e aprendendo e mostrando o assentamento. Porque as pessoas que vêm de fora, elas levam um pouquinho do assentamento”* (Repr. Tupã Baê). Porém, a condição de localização do assentamento é um empecilho nesse sentido, visto que sua logística é bastante complexa e distante da cidade.

AS PRÁTICAS AUTOGESTIONÁRIAS E OS POSSÍVEIS CAMINHOS PARA O TBC

O quadro 2 resume os tópicos descritos até aqui. Em um primeiro momento vale destacar que as descrições feitas dos casos (Bandeirantes e Tupã Baê) são relevantes para compreender o que a proposta de uma abordagem territorial-participativa se propõe a discutir: as relações e contextos. A crítica feita à noção ocidental/colonizadora de gestão, feita por autores como Dussel (1988) e Saquet (2019; 2023) impõem a necessidade de uma forma de entender a gestão a partir das práticas autogestionárias. As descrições dos casos permitem uma discussão ampla sobre as práticas coletivas, que podem tanto apontar caminhos para atividades de TBC, bem como debater uma gestão do TBC a partir das práticas autogestionárias, rompendo com uma lógica ocidental e administração.

O objetivo do estudo não é uma comparação entre os dois casos, mas o contraste nos resultados ficam evidentes, no mínimo, em algumas questões que envolvem os grupos. Ambos os casos se trata das associações formais dos assentamentos, por meio das quais a comunidade como um todo pode participar de licitações e editais de verba. Na prática, contudo, em termos de coletividade tanto na gestão quanto nas

atividades exercidas, o caso do Tupã Baê - a AMA - está mais no caminho compreendido como práticas autogestionárias e coletivas (Alencar et al., 2023).

Quadro 2 - Realidades e potenciais para o TBC nos assentamentos.

Item	Bandeirantes	Tupã Baê
<i>i</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Fundada em 2007; - Constituída de 35 membros, maioria mulheres; - Posições fixas na diretoria com eleições para novos mandatos. 	<ul style="list-style-type: none"> - É a associação formal do assentamento; - Composta apenas por mulheres (12 no total); - Surge para suprir demandas urgentes, particularmente para mulheres.
<i>ii</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Um encontro a cada dois meses; - Tendem a não fazer registros dos encontros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Encontros mensais e com registros em ata; - Diálogos constantes por meio de mídias sociais.
<i>iii</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Possuem a cozinha comunitária; - Realizam cursos e capacitações em conjuntos; - Produção diversificada, porém, individual; - Possuem selo do grupo, mas não o SIM; - Não possuem produção coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção individual de vários tipos (hortifruti, doces, sucos, frutos nativos, artesanatos etc.); - Produção coletiva de sabonetes artesanais; - Possuem sede, que é a cozinha coletiva; - Realizam festas periódicas organizadas coletivamente.
<i>vi</i>	<ul style="list-style-type: none"> - ECOA (produção de mel); - SENAR (cursos e capacitações). 	<ul style="list-style-type: none"> - SENAR (cursos e capacitações); - AGRAER e Sebrae (esporádicos).
<i>v</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Produção orgânica; - Dificuldade de limpeza e manejo de fogo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção orgânica; - Preocupação com os jovens (escola);
<i>vi</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo como interesse antigo do grupo; - Produção de mel como potencial; - Produtos para rotas turísticas; - Vivências a partir de produtos e espaços compartilhados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sabonetes artesanais como um grande potencial; - Visitações como interesse do grupo; - Festas locais que recebem grande fluxo de pessoas de fora do assentamento; - Acesso ao assentamento complexo.

Fonte: dados da pesquisa (2025).

O **Bandeirantes** possui uma constituição maior de membros, com posições fixas e diretoria ativa, porém os relatos apontam que a participação é baixa e que o grupo não preza por práticas de gestão coletivas. Seja nas tomadas de decisões - entendida por Fonseca; Morais; Chiariello (2021) como democracia dos espaços -, nas produções coletivas (que não existem) ou mesmo na utilização dos espaços coletivos (no caso, a cozinha comunitária), o grupo não o faz no sentido de prezar pelo coletivo. Por outro lado, a associação e a cozinha são utilizadas individualmente, pensando nas produções e processamentos de produtos individuais de cada membro que a utiliza. Ainda assim, existem algumas iniciativas de práticas coletivas dentro do grupo, como as capacitações que realizam junto a atores externos como a ECOA e a AGRAER.

Essas relações com atores externos têm se mostrado eficiente na produção local, particularmente no caso da produção de mel, que proporciona a possibilidade de uma apropriação da cozinha comunitária para processamento visando uma produção coletiva derivada do mel, como é discutido no trabalho de Araújo et al. (2023). A associação possui um selo que a identifica - e identifica os produtos que dela saem -, contudo, para a real apropriação do meio de produção (a cozinha) é necessária a realização da inspeção sanitária para a certificação do SIM, que permite alcançar outros espaços de comercialização, incluindo roteiros turísticos (Alves et al., 2024).

Em muitos casos, contudo, a comunidade não sabe da necessidade real do SIM para a comercialização de produtos processados nos espaços coletivos (Araújo et al., 2023), tal assimetria de informação pode ser diminuída a partir dos atores externos, proporcionando cursos, contatos e informações necessárias para realização das inspeções. Ainda, não somente o apoio e as parcerias de atores externos, mas também, assim como versam Benini; Pacheco; Benini (2022), do direcionamento dos elementos de gestão que ampliem a governança política local, bem como relações de produção conjunta, para dar real sentido à utilização da cozinha comunitária.

Amarrando o que Dussel (1988) fala sobre a filosofia da libertação com a gestão do TBC a partir das práticas locais (Irving, 2009), que é o que é defendido aqui enquanto o desenvolvimento acadêmico sobre a gestão do TBC, essas duas questões são essenciais, no entendimento da pesquisa, para que o assentamento Bandeirantes materialize práticas de TBC a partir de seus potenciais: ampliar a gestão e as produções coletivas. Isso porque existem potenciais claros para o desenvolvimento da atividade no assentamento.

Os produtos locais são variados, e carregam consigo a produção orgânica, que preza pelo meio ambiente. A produção de mel abre um leque de possíveis produtos para compor roteiros turísticos e vivências no próprio assentamento, como relatado em outros casos (Demier; Oliveira; Makishi, 2020). Os frutos nativos são outros potenciais - inclusive para produção conjunta - para produtos turísticos (Rivadeneira; Assunção; Méndez, 2024). A logística do assentamento também é um ponto de destaque por ser próxima a cidade e de fácil acesso, a própria cozinha (imagem retratada na Figura 2) fica logo na entrada da comunidade e pode proporcionar vivências, experiências, consumo de produtos locais e diálogos com turistas (Oliveira; Diógenes; Almeida, 2021).

Para que isso ocorra no Bandeirantes, segundo o entendimento desta pesquisa, a articulação conjunta deve tomar força, a apropriação do espaço coletivo deve se concretizar para que não se trate de apenas

alguns moradores comercializando seus produtos individualmente em rotas de turismo, que são práticas de trabalho e renda dignas e comuns em comunidades rurais, mas não se trata, novamente, segundo esta pesquisa, de TBC, pois este tem em sua base a prática coletiva (Irving, 2009; Graciano e Holanda, 2020).

O caso do **Tupã Baê** se difere em alguns aspectos. A história de fundação do grupo remete à uma demanda coletiva - não por uma noção romântica de união, mas por necessidade, assim como discute Bello-Urrego (2022) -, que, para ser suprida, precisou da união de um grupo de 12 mulheres do assentamento. A utilização dos espaços, nesse caso, é feita de forma coletiva, como em outros casos, os encontros são regulares e as discussões constantes (Bello-Urrego, 2022), os espaços físicos compartilhados são utilizados por todas para produção individual, mas também coletiva (Baronete, 2017; Soares, 2021).

A AMA também realiza capacitações com o SENAR, o que se mostra muito eficiente. Por meio desses cursos, a produção de polpa foi realizada, algumas técnicas de produção de doces, e, principalmente a produção de sabonetes artesanais em parceria com o Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural (IPEDI) e a empresa Botânica Saboaria Artesanal. O caso evidencia o que a teoria sobre TBC vem discutindo há algum tempo sobre a atuação de atores externos em potencializar as práticas locais e fortalecer as atividades turísticas (Moraes et al., 2020; Zanetoni; Mariani; Araújo, 2023). Embora a apropriação dos espaços físicos já seja feita pelo grupo, aqui também a questão do SIM também existe, o que criou um problema na comercialização dos sabonetes, particularmente em larga escala.

Esse empecilho poderia ter gerado uma “frustração” para com a produção coletiva, mas isso não ficou evidenciado nos diálogos. O que fica evidente é a clara necessidade de uma discussão sobre as informações referentes à fiscalização sanitária em cozinhas de comunidades rurais. Ocorre que em muitos casos, os processamentos de alimentos são feitos nas cozinhas, e a falta do SIM - como fica claro nos casos estudados aqui - dificulta a comercialização, inclusive em espaços e roteiros turísticos (Alves et al., 2024).

Em termos de potenciais turísticos, particularmente no que diz respeito ao TBC, o Tupã Baê possui potenciais claros em sua gestão, que já se alinha como coletiva e com práticas de partilha - de espaços físicos e de produção -, indo ao encontro do caso de Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, em Santa Catarina (SC) (Sperb e Serva, 2018). O grupo realiza uma festa periódica na sede da associação, com um fluxo grande de visitantes, por mais que sua logística não seja de fácil acesso tendo em vista a distância e a dificuldade de acesso. Uma possibilidade nesse sentido é a comercialização de produtos como os sabonetes, mas também os que o grupo tem interesse em desenvolver (goiaba e derivados, por exemplo),

para hotéis e feiras que ocorrem no município. Tal aproximação é feita em comunidades que residem em locais afastados (Aguiar; Rodrigues Lima; Abreu Lima, 2024).

Os dois casos descritos nesta pesquisa permitem um aprofundamento na discussão sobre a teoria de TBC, particularmente no que diz respeito à gestão das atividades. A partir disso, três pontos são destacados:

1. Esta pesquisa entende o TBC como indo ao encontro da agenda decolonial de pesquisa. Escorados em autores como Dussel (1988), Irving (2009), Escobar (2015) e Saquet (2019; 2023), entende-se que a gestão do TBC do ponto de vista acadêmico deve prezar pelas práticas autogestionárias dos territórios, ou seja, dos grupos e/ou comunidades locais. A libertação que as pesquisas decoloniais discutem reside nos saberes e fazeres locais, considerando as pessoas, as dinâmicas e os processos. Particularmente nos casos descritos, o fortalecimento da governança política e das práticas conjuntas de produção são pontos que podem ser discutidos no assentamento Bandeirantes (Benini; Pacheco; Benini, 2022), já no Tupã Baê, a coletividade ficou mais evidente e reside não em uma noção romântica, mas em uma necessidade concreta do assentamento (Bello-Urrego, 2022).
2. É urgente uma discussão sobre as assimetrias de informações e a falta de estrutura física que as comunidades - particularmente as rurais - enfrentam no que diz respeito à atividades turísticas, sejam já concretizadas ou, como nos casos descritos, as potenciais (Zanetoni; Araújo; Mariani, 2024). A questão do SIM exemplifica esse ponto. A falta deste selo impede que muitos produtos alcancem outros espaços de comercialização, inclusive espaços turísticos (Araújo et al., 2023; Alves et al., 2024). Uma forma de reduzir as distâncias mencionadas - informações e infraestrutura - são as parcerias com atores externos, desde que estes estejam alinhados com os objetivos dos grupos (Saquet, 2023).
3. A abordagem territorial-participativa, que aqui se escorou em Dussel (1988) e Saquet (2019; 2023), é uma forma de estudar e compreender as práticas autogestionárias em comunidades rurais - ou grupos dentro de comunidades - eficiente por dois motivos: primeiro porque promove uma diálogo direto e visa escutar o que, de fato, o grupo está destacando, buscando refletir a partir de práticas concretas e locais; segundo, porque permite uma ampla descrição das relações e contextos locais o que facilita compreender questões profundas como a história da formação, os interesses coletivos, as relações externas etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi de compreender perspectivas de vivência turística em assentamento rurais de Miranda (MS). A partir da aproximação com abordagens decoloniais e de investigação territorial e participativa, os encontros permitiram emergir uma nova perspectiva sobre a sociobiodiversidade local existente nos assentamentos investigados, de modo a despertar e visibilizar as práticas de manejo e o compromisso dessas comunidades com o desenvolvimento sustentável implementando práticas de conservação ambiental para preservação de seus territórios e fortalecimento da economia e renda local.

Isso impulsiona uma outra iniciativa sobre a importância de proteger o bioma e respeitar culturas tradicionais e modelos de gestão coletiva e colaborativa, reforçando valores de preservação e sustentabilidade e possibilitando um modelo de visitação turística que se aproxime de uma gestão de base comunitária, que preza pelas práticas autogestionárias dos territórios e o fortalecimento de uma governança política coletiva.

Somado a isso, a pesquisa demonstra a importância de valorizar as práticas de comunidades extrativistas e de agricultura familiar, pois essas populações desempenham um papel vital na conservação da biodiversidade e da sociobiodiversidade, no combate às mudanças climáticas e na proteção dos campos, das águas e das florestas do bioma Pantanal. Elas não só extraem recursos de forma sustentável, mas também preservam conhecimentos tradicionais essenciais para o equilíbrio ecológico e para a diversidade cultural, a partir da manutenção dos saberes, costumes e tradições locais.

Outra evidência é que a terra e as territorialidades são femininas. As mulheres de ambos os assentamentos são as protagonistas da agroecologia. São elas, enquanto representatividade, que vem construindo experiências nos territórios e permitindo por meio de suas produções uma maior autonomia financeira, fortalecendo a autoestima das crianças e criando melhores condições para as suas famílias no combate ao preconceito e à desigualdade social. A feitura de doces, a produção de mel e de sabonetes artesanais e os resultados da agricultura familiar demonstram como as mulheres se unem nesses territórios para anunciar outras formas de trabalhar com a terra e garantir o bioma em pé, as gentes produzindo, o sustento de suas casas e a cultura comunitária fortalecida.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa foi realizada com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil (CAPES), com o Código de Financiamento 001, e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) por meio do edital Chamada Fundect 31/2021 – Universal ODS.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. R.; RODRIGUES LIMA, T.; ABREU LIMA, R. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável no Parque Nacional Mapinguari: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 17, n. 2, p. 83-93, 2024. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2024.v17.14439>
- ALENCAR, P. G.; ESPINDOLA, G. M.; SOUSA, M. S. R.; ASSIS, R. J. S. O território como episteme de resistência à colonialidade. **PerCursos**, v. 24, 2023. <http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0205>
- ALVES, N. A.; SILVA, B. P. A.; PEREIRA, R. C.; VAZ, A. B.; FILHO, J. V. M.; FIGUEIRA, S. V. Importância do serviço de inspeção municipal no município de Trindade. **Vita Et Sanitas**, v. 18, n. 1, 2024.
- ANDRADE-MATOS, M. B.; BARBOSA, M. L. A.; COSTA, J. H. P. Da crise cacaueteira ao turismo experiencial chocolateiro: o início do movimento de reposicionamento de marca do destino turístico Ilhéus-BA. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, n. 2, 2021. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i2.1969>
- ARAÚJO, G. C.; MARIANI, M. A. P.; ZANETONI, J. P. F.; DUPAS, E. Mel do Pantanal e economia social e solidária: possibilidades a partir da análise de três realidades em Corumbá, MS. **Interações**, v. 24, n. 2, p. 651-666, 2023. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v24i2.3805>
- BAGNASCO, A. **La costruzione sociale del mercato**. Bologna: Il Mulino, 1988.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. Edições 70, 2015.
- BARONNET, B. Estrategias alternativas e educación en las luchas de los pueblos originarios en México. **Educ. Soc.**, v. 38, n. 140, p. 689-704, 2017. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017181166>
- BASSABER-ZUÑIGA, A. I.; VILLEGAS, M. M. M.; CURIEL-GUEVARA, S.; ROJAS-ARIAS, M. L.; VALDEZ-ROSAS, J. S. Revisión de causas, consecuencias y medidas de respuesta frente a los incendios forestales: un enfoque en el estado de Jalisco. **Ecucba**, v. 11, n. 21, p. 100-114, 2024. <https://doi.org/10.32870/e-cucba.vi21.327>

BELLO-URREGO, A. R. Cuerpos femeninos: Poder y Cultura en el Pacífico colombiano. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2. 2022. <http://10.1590/1806-9584-2022v30n274678>

BENINI, E. A.; PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G. Cooperativa integral, organicidade socioprodutiva e governança autogestionária: explorando confluências, possibilidades e limites para a construção de um território sustentável. **Redes**, v. 27, 2022. <https://doi.org/10.17058/redes.v27i1.17516>

BOTELHO, E. S.; RAIMUNDO, S. Aporte teórico-conceitual sobre as parcerias público-comunitárias para o lazer e o turismo em áreas protegidas. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 16, n. 3, 2023. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2023.v16.15171>

BUDEL, L.; SEVERINI, V. F.; REJOWSKI, M. Dimensões da Hospitalidade no Turismo de Base Comunitária: simbologias, ritos e artefatos na casa de farinha em Mangabeira. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 17, 2023. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v17.2497>

COUTO, F. F.; CARRIERI, A. P. Enrique Dussel e a Filosofia da Libertação nos Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 4, 2018. <https://doi.org/10.1590/1679-395169213>

DEMIER, A. D. M.; OLIVEIRA, D. C.; MAKISHI, F. Doces matas do Norte de Minas Gerais: atores, instituições e construção da indicação geográfica do mel de aroeira. **Revista Espinhaço**, v. 9, n. 1, p. 61-70, 2020. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3937178>

DUSSEL, E. **Introducción a la filosofía de la liberación**. Bogotá: Nueva América, 1988.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, 2015. <https://doi.org/10.34096/cas.i41.1594>

FARIA ARÁUJO, A.; FONTANA, R. F. Convergências utópicas entre economia solidária e turismo rural: uma revisão sistemática. Congresso Internacional del Turismo Rural y Ruralidades. 1. **Anais...** Londrina, Paraná, 2021.

FERREIRA, P. T. A.; PACHECO, R. T. B. Turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural na cidade de São Paulo/SP. **Turismo Visão e Ação**, v. 24, n. 2, p. 340-359, 2022. <https://doi.org/10.14210/rtva.v24n2.p340-359>

FONSECA, S. A.; MORAIS, L.; CHIARIELLO, C. L. As contribuições da Economia Solidária no contexto da COVID-19: o caso das hortas comunitárias em Araraquara (SP), Brasil. **Revista Sobre México**, v. 1 n. (especial 2), p. 9-16, 2021.

FRANCÉS GARCÍA, F.; CHICA, A. A.; VERDÚ, C. P.; FERNÁNDEZ, O. A. S. **La investigación participativa: métodos y técnicas**. Cuenca, Equador: PYDLOS Ediciones, 2015.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, p. 161-179, 2020. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1736>

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Governança de Turismo de Base Comunitária e estudo dos entraves para a consolidação de duas comunidades em Recife (Pernambuco, Brasil) sob a luz do Modelo de Análise da Governança. **Revista Turismo em Análise**, v. 32, n. 2, p. 367-388, 2021.

<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v32i2p367-388>

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.

KIEFFER, M. El turismo de las comunidades rurales en México: un turismo alternativo enmarcado en la Economía Social y Solidaria. **Otra Economía**, v. 14, n. 26, p. 62-82, 2021.

KLOZOVSKI, M. L.; ICHIKAWA, E. Y.; ANGNES, J. S. A Gestão Ordinária na Comunidade Quilombola Paiol de Telha no Paraná: Memórias das Lideranças sobre as Práticas Cotidianas Antes da Expulsão do Território. **Organizações e Sociedade**, v. 31, n. 108, p. 1-35, 2024.

<https://doi.org/10.1590/1984-92302024v31n0000PT>

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. (2 ed., 4 reimp.) São Paulo, SP: Contexto, 2015.

MIRANDA, R. F. Cuatro pilares para el funcionamiento de procesos colectivos: apuntes sobre gobierno, autorregulación, gestión y relaciones en organizaciones de la Economía Social y Solidaria. **Otra Economía**, v. 13, n. 24, p. 25-45, 2020.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; PEDRO, R. M. L. R.; OLIVEIRA, E. Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 122, p. 45-168, 2020. <https://doi.org/10.4000/rccs.10761>

OLIVEIRA, A. A. N.; DIÓGENES, C. M.; ALMEIDA, D. M. F. Lazer e protagonismo social: uma experiência de turismo comunitário no nordeste brasileiro. **Cadernos de Geografia**, v. 43, p. 67-80, 2021. https://doi.org/10.14195/0871-1623_43_5

OLIVEIRA, A. A.; CORRÊA, R. O. Cartografia das territorialidades e espacialidades por meio da história oral: desafios e estratégias metodológicas. **História Oral**, v. 25, n. 2, p. 173-195, 2022. <https://doi.org/10.51880/ho.v25i2.1256>

OLIVEIRA, A. F. B.; SANTANA, C. S. C. M.; FREITAS, I. N. Patrimônio cultural e turismo de base comunitária em comunidades quilombolas: desafios e oportunidades. **Revista Turismo: Estudos & Práticas**, v. 12, n. 2, 2023.

ORTEGA, K. E. A.; PEÑA-CORTÉS, F.; MELLÁN, S. Q.; MANSILLA, E. A. A. Escuelas en Territorio Mapuche: desigualdades en el contexto chileno. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019250003>

RAPPAPORT, J. **Cowards Don't Make History: Orlando Fals Borda and the origins of participatory action research**. Durham : Duke University Press, 2020.

RIVADENEIRA, E. V. S.; ASSUNÇÃO, E. N. A.; MÉNDEZ, G. A. S. Rescate del fruto de la chonta para promover el turismo gastronómico: una revisión de literatura. **RISTI**, n. (especial) 68, 2024.

SANTOS, I. J. P.; ROCHA, M. S. Rota das Areias e rota Guaxenduba: análise sobre os projetos de turismo de base comunitária no território Lençóis Maranhenses/Munim, no Maranhão. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 19, p. 131-151, 2022. <http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2022v8i19.p131-151>

SANTOS, K. P. As mulheres da Castanha do Alto Cajari: O empoderamento pela economia solidária. **Ambiente e Sociedade**, v. 24, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200066r1vu2021L4AO>

SAQUET, M. A. É possível produzir geografias críticas com imersão e cooperação territorial?. **Revista de Geografia**, v. 40, n. 4, 2023. <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2023.260664>

SAQUET, M. A. O território numa perspectiva popular. In: MEURER, A. C.; ZIMMERMANN, A.; ARAÚJO, G. C. C.; FOLMER, I.; SUZUKI, J. C.; CASTRO, R. C. M. L. (Orgs.). **As categorias e as geografias do século XXI**. São Paulo: FFLCH/USP, 2021, p. 147-192.

SAQUET, M. A. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. **IGepec**, v. 23, p. 25-39, 2019. <https://doi.org/10.48075/igepec.v23i0.22719>

SOARES, M. N. M.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; LÁZARO, J. C. A aprendizagem coletiva e em rede desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. **Organizações e Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 509-537, 2023. <http://doi.org/10.1590/1984-92302023v30n0018PT>

SOARES, M. R. P. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. **Revista Katál.**, v. 24, n. 3, p. 522-531. 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79280>

SPERB, M. P.; SERVA, M. Economia social e solidária, governança e turismo no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, n. 50, p. 93-109, 2018. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018v20n50p93>

SUDRÉ, S. G. S.; FIGUEIREDO, S. L. Saberes e olhares sobre o turismo de base comunitária: Estudo de caso da Comunidade Quilombola Pé do Morro, Tocantins. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 11, n. 3, p. 405-423, 2023. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2023v11n3ID29223>

TIERLING, I. M. B. M.; SCHMIDT, C. M. Custos versus Benefícios Resultantes da Ação Coletiva na Agricultura Familiar: Um Olhar Além das Informações Financeiras. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 15, n. 3. 2020. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.24355

TONINI, H.; DOLCI, T. S. Turismo rural e novos mercados para produtos alimentares agroecológicos: estudo de caso da Rota Via Orgânica. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 3, 2020. <https://doi.org/10.18226/21789061.v12i3p537>

TOURTIER-BONAZZI, C. Arquivos: Propostas Metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

VALDEVINO DE ARAÚJO, A. F.; CAVALCANTI, G. S. Estratégias de conservação ambiental: disposição a pagar por certificação ambiental no setor hoteleiro da cidade de João Pessoa-PB. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, 2022. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2453>

VIOLIN, F. L. Turismo como criador de mercado para o artesanato em Mato Grosso do Sul. **Interações**, v. 23, n. 2, p. 575-594, 2022. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v23i2.3261>

WALKOWSKI, M. C.; PIRES, P. S.; LOPES, C. V.; ASSING, L. Memórias Alimentares no Turismo de Base Comunitária da Acolhida na Colônia, Santa Catarina, Brasil. **Rosa dos Ventos**, v. 13, n. 1, 2021.

ZANETONI, J. P. F.; ARAÚJO, G. C.; MARIANI, M. A. P. O Potencial do Turismo de Base Comunitária (TBC) no Assentamento 72 em Ladário, no Mato Grosso do Sul. **Turismo Visão e Ação**, v. 26, p. 01-21, 2024. <https://doi.org/10.14210/tva.v26.19370>

ZANETONI, J. P. F.; MARIANI, M. A. P.; ARAÚJO, G. C. Economia Social Solidária e Turismo de Base Comunitária: aproximações teóricas e teórico-empíricas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 23, n. 3, p. 68-82, 2023. <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.23n3.2023.2099>